



ADMINISTRAÇÃO, POLÍTICAS PÚBLICAS E TRIBUNAIS DE CONTA

**INSTITUTO
BRASILEIRO DE
ENSINO,
DESENVOLVIMENTO E
PESQUISA**

**PROGRAMA DE
MESTRADO
PROFISSIONAL EM
ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA**

Ementa do Curso

Entidades fiscalizadoras superiores. Evolução do controle externo da administração e das políticas públicas pelos tribunais de contas. Panorama das relações dos tribunais de contas com a administração pública. Funções, competências, atribuições, jurisdição, processualística. Auditorias e avaliação de políticas públicas. Acompanhamento das finanças públicas. Combate à corrupção. Relacionamentos com o Poder Legislativo e com as entidades da administração direta e indireta, e com as demais instituições de controle. Complexidades, críticas e perspectivas das relações da administração com os tribunais de contas e destes com as políticas públicas.

Objetivos do Curso

Carga Horária: 30h

Créditos: 02

Categoria: Optativa

Promover a expansão e a verticalização do conhecimento das múltiplas dimensões do relacionamento da administração e das políticas públicas com a instituição tribunal de contas, entidade fiscalizadora superior, com destaque para aspectos controversos, jurídicos e operativos, de modo a melhorar e racionalizar a compreensão de suas funções e de sua relevância na organização e funcionamento do Estado brasileiro, e de suas interações com os poderes, com as demais instituições de estatura constitucional, e com a sociedade.



Módulo I

Leituras Obrigatórias

MILESKI, Helio Saul. Tribunal de contas: evolução, natureza, funções e perspectivas futuras. Revista Interesse Público–INPB, p. 257-279, 2007.

VASCONCELOS, C. C. Auditoria Operacional do TCU como subsídio à atuação do Executivo: o caso dos hospitais universitários. Publicações da Escola da AGU: Direito, Gestão e Democracia , v. 9, p. 61-75, 2011.

Leituras Complementares

FURTADO, JR Caldas. Processo e eficácia das decisões do tribunal de contas. Revista Controle: Doutrinas e artigos, v. 12, n. 1, p. 29-55, 2014.

Módulo II

Leituras Obrigatórias

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A reforma da administração pública. Capítulo, v. 16, p. 269-294, 1996.

Organizações sociais. Acórdão 3239-2013-TCU-Plenário.

POLLITT, Christopher et al. Public management reform: A comparative analysis. Oxford University Press, USA, 2004.

Leituras Complementares

CAMPOS, Anna Maria. Accountability: quando poderemos traduzi-la para o português?. Revista de administração pública, v. 24, n. 2, p. 30-50, 1990.



Módulo III

Leituras Obrigatórias

AVRITZER, Leonardo; FILGUEIRA, Fernando. Corrupção e controles democráticos no Brasil. 2011.

Relatório sistêmico da segurança pública. Acórdão 1943-2016-TCU-Plenário.

WALTERS, Lawrence C.; AYDELOTTE, James; MILLER, Jessica. Putting more public in policy analysis. Public Administration Review, v. 60, n. 4, p. 349-359, 2000.

Leituras Complementares

BARBOSA, Marcelo Nascimento. A contribuição da atuação do Tribunal de Contas da União no aprimoramento da governança regulatória do setor de infraestrutura no Brasil. 2011.

Leituras Obrigatórias

BALTACI, Mustafa; YILMAZ, Serdar. Keeping an eye on Subnational Governments: Internal control and audit at local levels. World Bank Institute, Washington, DC, 2006.

LOUREIRO, Maria Rita; TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho; MORAES, Tiago Cacique. Democratização e reforma do Estado: o desenvolvimento institucional dos tribunais de contas no Brasil recente. Revista de Administração Pública, v. 43, n. 4, p. 739-772, 2009.

MARQUES NETO, Floriano de Azevedo. Os grandes desafios do controle da Administração Pública. Nova organização administrativa brasileira. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

Leituras Complementares

ARANTES, Rogério Bastos; ABRUCIO, Fernando Luiz; TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho. A imagem dos tribunais de contas subnacionais. 2005.
